

igfss



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL JUNHO 2011



SEGURANÇA SOCIAL



FICHA TÉCNICA

Título

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE JUNHO DE 2011

Autor/Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.

Av. Manuel da Maia, n.º 58

1049-002 Lisboa

Tel: 21 843 33 00

Fax: 21 843 37 20

Email: IGFSS-DOC.EXEC@seg-social.pt

Concepção Técnica

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTA

Data de Edição

18 de Julho de 2011

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. RECEITA	2
Receita de Contribuições	2
Receita do IVA Social – Lei nº. 39-B/94, de 27 de Dezembro	2
Transferências do MTSS	3
Transferências do Ministério da Educação	3
Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	3
Transferências da CGA - Marconi	4
Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu	4
III. DESPESA	4
Pensões e Complementos	4
Rendimento Social de Inserção	4
Abono de Família	5
Subsídio e Complemento de Doença	5
Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego	5
Complemento Solidário para Idosos	5
Subsídio de Parentalidade	5
Acção Social	6
Subsídios a Acções de Formação Profissional	6
IV. SALDO ORÇAMENTAL	7
Receita Efectiva	7
Despesa Efectiva	7
V. ANEXOS	9
Decomposição do Saldo Global da Segurança Social	10



RELATÓRIO SINTÉTICO

I. INTRODUÇÃO

A receita e a despesa total do período em análise, evidenciam um decréscimo em relação ao período homólogo de 2010 de 2,0% e 0,7%, respectivamente, justificados, fundamentalmente no que se refere à receita, pela diminuição quer nos activos financeiros (197,2 milhões de €), quer com a diminuição no saldo de anos anteriores com aplicação em despesa (295,7 milhões de €), e, no que diz respeito à despesa, fundamentalmente pelo decréscimo dos activos financeiros (132,4 milhões de €) e das prestações sociais (menos 150,9 milhões de €).

A receita efectiva regista um acréscimo de 1,4% enquanto que a despesa efectiva evidencia um acréscimo de 0,3% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2010.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições e das transferências correntes obtidas que representam respectivamente 57,0% e 39,3% da receita efectiva. A receita de contribuições evidencia um acréscimo de 2,4% relativamente ao período homólogo de 2010 enquanto que as transferências correntes obtidas registam um decréscimo de 0,9% relativamente a igual período de 2010.

As despesas correntes com prestações sociais e outras transferências e subsídios correntes apresentam uma variação negativa de 1,7% face ao período homólogo. Para este comportamento concorre a evolução da despesa com pensões que representa 58,1% daquela despesa e que no período de Janeiro a Junho regista uma variação de 2,9% compensado pelo decréscimo do Rendimento Social de Inserção e do Abono de família em 26,0% e 31,6%, respectivamente, quando comparados com os valores registados no período homólogo de 2010.

A execução orçamental do período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de 1.081,1 milhões €.



II. RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise 11.648,7 milhões €, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 163,1 milhões de €. Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

Receita de Contribuições

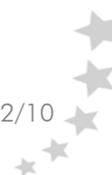
As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro a Junho de 2011 situam-se em 6.634,1 milhões €, representando 57,0% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 2,4% relativamente a igual período de 2010. Esta evolução reflecte o impacto do enquadramento dos trabalhadores bancários no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e o efeito da entrada em vigor do Código Contributivo bem como uma melhoria na cobrança coerciva até à data. Relativamente ao período de Janeiro a Maio do ano corrente constata-se uma desaceleração do crescimento da receita de contribuições explicada pelo facto de, em 2010, se ter registado uma antecipação para Maio no pagamento do subsídio de férias a trabalhadores por conta de outrem com o conseqüente impacto nas contribuições arrecadadas em Junho de 2010, comportamento este não reproduzido em 2011.

Receita do IVA Social – Lei n.º. 39-B/94, de 27 de Dezembro

O valor recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar atingiu o montante de 357,6 milhões de €.

Subsistema de Protecção Familiar

Rúbricas	Em €		
	Exec. Orçamental Janeiro a Junho 2010	Exec. Orçamental Janeiro a Junho 2011	Variação Homóloga Janeiro a Junho 2010/2011
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)
IVA Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	348.875.002,00	357.595.004,00	2,50%
Sub-Total	348.875.002,00	357.595.004,00	2,50%



Transferências do MTSS

Transferência do OE

Rúbricas	Em €		
	Exec. Orçamental	Exec. Orçamental	Varição Homóloga
	Janeiro a Junho 2010 (1)	Janeiro a Junho 2011 (2)	Janeiro a Junho 2010/2011 (3) = (2-1)/(1)
Subsistema Solidariedade			
Transferências do MTSS	2.299.874.224,50	2.262.439.339,97	-1,63%
Receitas Cessantes	156.572.381,50	0,00	-100,00%
Subsistema Protecção Familiar (incluindo Iva - Lei nº 39/2005)	447.427.797,50	239.114.878,98	-46,56%
Subsistema Acção Social			
Transferências do MTSS	747.367.378,50	669.815.503,50	-10,38%
Sistema Previdencial			
Transferências do MTSS - Receitas cessante e Salários intercalares	0,00	130.364.968,98	
Para financiamento do QREN - Inclui juros da linha de crédito	106.374.324,30	57.923.089,08	-45,55%
Para financiamento dos QCA e anteriores quadros	7.720.669,68	975.000,00	-87,37%
Para financiamento da actualização de pensões	98.118.220,98	0,00	
Sub-Total	3.863.454.996,96	3.360.632.780,51	-13,01%

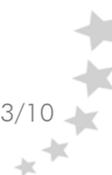
As transferências do MTSS, para cobertura financeira de despesas do Sistema Previdencial Repartição e do Sistema de Protecção Social de Cidadania – que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social – atingiram 3.360,6 milhões €, reflectindo uma diminuição de 13,0% relativamente ao valor recebido em igual período do ano anterior, decorrente da redução das necessidades de financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.

Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação recebida no período em análise atingiu o montante de 62,4 milhões de € reflectindo o decréscimo de 3,8% relativamente ao período homólogo de 2010.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

No valor de 70,4 milhões € acusam um decréscimo de 12,0% em relação ao período homólogo de 2010.



Transferências da CGA - Marconi

No período de Janeiro a Junho houve a transferência da CGA - Marconi no valor de 7,0 milhões €.

Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu

No período de Janeiro a Junho de 2011 foi recebido o montante de 707,0 milhões de € com origem no Fundo Social Europeu.

III. DESPESA

A despesa efectiva atingiu, no período de Janeiro a Junho de 2011, o montante de 10.567,6 milhões €, representando, em relação a idêntico período de 2010, um crescimento de 0,3% devido à variação homóloga das acções de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu cujo crescimento foi de 40,9% compensado pelo comportamento da despesa com as prestações sociais que no seu conjunto, registaram um decréscimo de 1,6%, resultado significativamente inferior ao verificado no ano de 2010.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

Pensões e Complementos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 6.136,9 milhões €, que se traduz num crescimento de 2,9% face ao período homólogo de 2010, o que continua a ser a menor variação da despesa com pensões alguma vez verificada no sistema de segurança social.

Rendimento Social de Inserção

Esta rubrica da despesa atingiu o montante de 209,9 milhões €, absorvendo 2,0% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um decréscimo de 26,0% relativamente ao mesmo período de 2010, reflectindo as medidas já introduzidas no segundo semestre do ano de 2010.



Abono de Família

Atingiu no período em análise o montante de 344,8 milhões €, no que absorve 3,3% da despesa efectiva do Sistema. A execução de Janeiro a Junho evidencia um decréscimo de 31,6% em relação a igual período de 2010, que resulta das medidas implementadas no final de 2010, em particular a revogação do aumento extraordinário de 25% ao 1.º e 2.º escalão e a cessação do pagamento da prestação de abono de família aos dois escalões mais elevados e a implementação de novas regras de condição de recursos.

Subsídio e Complemento de Doença

No montante de 239,2 milhões €, representando 2,3% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um acréscimo de 7,4% em relação a igual período de 2010.

Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego

No período de Janeiro a Junho de 2011, a despesa registada com as prestações de subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de 1.038,9 milhões €, representando 9,8% da despesa efectiva e 11,0% da despesa corrente realizada.

A despesa realizada no período em análise evidencia, ainda, um decréscimo de 10,7% relativamente a igual período de 2010, que à semelhança de outras prestações já referidas reflecte o efeito de medidas implementadas em 2010, designadamente a suspensão do prolongamento do subsídio social de desemprego, bem como a alteração aos critérios de acesso a esta prestação, nomeadamente, no que concerne a condição de recursos.

Complemento Solidário para Idosos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 136,0 milhões de € isto é 1,3% da despesa efectiva, reflectindo um crescimento de 3,6% face a igual período do ano transacto.

Subsídio de Parentalidade

Atingiu no período em análise o montante de 229,6 milhões €, no que absorve 2,2% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 10,3% em relação a igual período de 2010.



Acção Social

A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de 769,4 milhões €, isto é, 7,3% da despesa efectiva do Sistema, revelando, em relação a igual período de 2010, um decréscimo em valores absolutos de 8,8 milhões de €, ou seja, uma variação negativa de 1,1%.

Subsídios a Acções de Formação Profissional

No total de 767,5 milhões €, evidenciam um acréscimo de 35,6% relativamente a igual período do ano transacto. Importa ainda referir que a despesa com acções de formação profissional co-financiada pelo FSE, apesar de reflectida na despesa efectiva do OSS, não tem impacto no saldo orçamental na óptica da contabilidade nacional, no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.



IV. SALDO ORÇAMENTAL

Em 30 de Junho de 2011 o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na óptica de Contabilidade Pública, é no valor de 1.081,1 milhões de €, superior em 132,9 milhões de €, ao valor apurado em igual período de 2010 em 14,0%.

Receita Efectiva

O acréscimo de 163,1 milhões de € registado na receita efectiva, é justificado, nomeadamente, pelo:

- Comportamento da receita de contribuições que regista um aumento de 154,3 milhões de € relativamente ao período homólogo de 2010;
- Valor das transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado (receitas fiscais consignadas e transferências do MTSS, incluindo o valor destinado ao co-financiamento da Componente Pública Nacional das AFP) que evidenciam no período em análise um decréscimo de 494,1 milhões de € relativamente a igual período de 2010, decorrente da redução de despesa em virtude da implementação de medidas de consolidação orçamental;
- Montante das transferências correntes recebidas do FSE, cuja diferença relativamente a igual período de 2010 é de mais 460,4 milhões de €;
- O valor das restantes parcelas da receita efectiva, cujo cômputo é superior em 42,5 milhões de € ao valor registado em igual período de 2010.

Despesa Efectiva

A despesa efectiva do Sistema de Segurança Social evidencia no período em análise um acréscimo de 30,2 milhões de €, isto é, 0,3% quando comparado com o período homólogo de 2010, sendo que para aquela diferença concorre, nomeadamente, o valor de:

- A despesa paga em prestações sociais, registando um decréscimo de 150,9 milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, menos 1,6%;



- A despesa com subsídios à formação profissional que regista um acréscimo de 201,7 milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, mais 35,7%;
- As transferências para Emprego, Higiene, Segurança e Formação Profissional que registam um decréscimo de 1,1 milhões de € face a igual período de 2010, isto é, menos 0,4%;
- O valor das restantes componentes da despesa efectiva do Sistema cujo cômputo é inferior ao registado no mesmo período de 2010 em 19,6 milhões de €.



V. ANEXOS



Decomposição do Saldo Global da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental de Janeiro a Junho

	Milhões de euros			Grau de Execução		VH (%)		Contrib. VH (pp.)
	2009	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
Receita corrente	10.928,8	11.462,6	11.646,0	48,1%	48,5%	4,9	1,6	1,6
Contribuições e quotas	6.284,1	6.479,8	6.634,1	48,1%	47,0%	3,1	2,4	1,3
IVA Social	344,6	348,9	357,6	50,0%	50,0%	1,3	2,5	0,1
Transferências correntes da Administração Central	3.561,6	3.941,5	3.442,5	49,9%	49,5%	10,7	-12,7	-4,3
Financiamento da Lei de Bases da SS	3.479,1	3.863,5	3.360,6	50,0%	50,0%	11,0	-13,0	-4,4
Transferências do Fundo Social Europeu	301,2	246,6	707,0	27,1%	52,6%	-18,1	186,7	4,0
Outras receitas correntes	437,3	445,8	504,8	53,9%	56,3%	1,9	13,2	0,5
Receita de capital	4,4	23,1	2,7	82,9%	6,3%	425,3	-88,3	-0,2
Transferências do Orçamento de Estado	1,6	,8	1,1	20,2%	15,1%	-51,2		
Outras receitas capital	2,8	22,3	1,6	93,2%	4,5%	708,3	-92,9	-0,2
Receita efectiva	10.933,2	11.485,6	11.648,7	48,2%	48,4%	5,1	1,4	
Despesa corrente	9.744,7	10.530,1	10.559,0	40,5%	45,1%	8,1	0,3	0,3
Pensões	5.722,9	5.961,8	6.136,9	42,6%	42,7%	4,2	2,9	1,7
Sobrevivência	836,4	869,7	834,0	42,9%	40,4%	4,0	-4,1	-0,3
Invalidez	613,2	608,9	604,4	43,3%	42,7%	-0,7	-0,7	0,0
Velhice	4.273,3	4.482,3	4.697,0	42,5%	43,1%	4,9	4,8	2,0
Beneficiários dos Antigos Combatentes	,0	,8	1,6	0,0%	0,0%		90,4	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	471,6	503,9	344,8	52,0%	46,8%	6,8	-31,6	-1,5
Subsídio por doença	223,5	222,6	239,2	49,8%	55,5%	-0,4	7,4	0,2
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	960,0	1.163,7	1.038,9	52,4%	49,7%	21,2	-10,7	-1,2
Complemento Solidário para Idosos	109,0	131,4	136,0	49,5%	50,0%	20,5	3,6	0,0
Outras prestações	365,4	408,2	427,1	50,5%	52,8%	11,7	4,6	0,2
Ação social	741,1	778,2	769,4	48,0%	46,5%	5,0	-1,1	-0,1
Rendimento Social de Inserção	243,7	283,5	209,9	54,5%	52,5%	16,3	-26,0	-0,7
Administração	187,9	182,0	168,8	47,3%	43,2%	-3,2	-7,2	-0,1
Outras despesas correntes	380,7	329,1	320,4	47,1%	49,8%	-13,6	-2,6	-0,1
das quais:								
Transferências e subsídios correntes	380,7	329,1	320,4	47,1%	49,8%	-13,6	-2,6	-0,1
Ações de Formação Profissional	338,9	565,9	767,5	46,9%	48,3%	67,0	35,6	1,9
das quais:								
Com suporte no Fundo Social Europeu	232,9	447,3	630,2	45,5%	46,1%	92,1	40,9	1,7
Despesas de capital	10,2	7,4	8,6	22,3%	27,5%	-27,4	16,7	0,0
PIDDAC	5,8	,5	,8	2,9%	11,2%	-90,7	53,8	0,0
Outras	4,4	6,8	7,8	47,3%	20,8%	55,5	13,8	0,0
Despesa efectiva	9.754,9	10.537,4	10.567,6	45,4%	45,1%	8,0	0,3	
Saldo global	1.178,3	948,2	1.081,1	145,7%	177,7%			
Por memória:								
Activos financeiros líquidos de reembolsos	275,8	291,9	356,7					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	,0	,0	,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	902,5	656,3	724,4					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP



INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP
Av. Manuel da Maia, N° 58
1049-002 Lisboa

www.seg-social.pt
T. 21 843 333 0
F. 21 843 372 0